

A ação educativa formal ou informal requer fundamentos conceituais consistentes. No ambiente acadêmico, princípios éticos precisam estar claros: participações, sinônimo de contribuição; status, consequência natural de respeito conquistado; hierarquia, correspondendo à responsabilidade e exemplo à coerência pedagógica. Na Constituinte, para um segundo exemplo, valores proclamados cobrem organizar, moralizar, disciplinar, consagrando princípios democráticos, preservando valores nacionais. Enquanto essas instituições desempenham suas funções, que contribuições estariam prestando à educação da sociedade?

Que me perdoem os que argumentam pelo privilégio da atribuição de educar à escola, mas, como diria o poeta, exemplo é fundamental.

Décio Munhoz, em "Democracia contra Durocracia", e Inácio Rangel, em "Entre Curto e Longo Prazos", partem de pontos de vista diversos em direção à mesma questão: o que é de responsabilidade de quem, neste País.

Todos nós concordamos com o tranqüilo e consistente professor da UnB, quando afirma que o ritual das discussões legislativas é inerente à democracia. Poucos, porém, concordariam com a ideia de que, respeitado o rito, tudo o mais é válido. Inácio Rangel, por sua vez, deixa claro que um pouco de disciplina franciscana, além de alimentar a democracia, é vital à uma sociedade despreparada para perceber as implicações a longo prazo das medidas a curto prazo. Difícilmente também alguém se astreve a discordar dessa tese, mas implicações a longo prazo não são privilégio de administração e economia, afetam todo o comportamento social.

No momento em que, no exercício de qualquer atividade humana proclamarmos ardentemente a democracia, mas mantivermos postura antidemocrática, estaremos con-

tribuindo para a deterioração do próprio conceito de democracia, a qualquer prazo. Neste ponto, valeria questionar com o professor Décio Munhoz: num país onde "a economia funcione como um grande cassino", a única escola compatível não será uma escola mágica?

Numa sociedade que, na linguagem de recursos humanos, vem apresentando sintomas neuróticos, o relacionamento patrão/empregado não é exceção. Repudiamos a escaruidade, mas não investimos na valorização do homem, na sua capacidade de produzir e no decorrente direito à contrapartida. Negamos que patrão e empregado sejam faces da mesma moeda e continuamos a teimar no pecado da riqueza ao invés de insistir na interdependência entre a prosperidade de um e de outro.

Na verdade, nosso contexto vem estimulando um processo de deseducação permanente. A indefinição de diretrizes e de objetivos maiores condena qualquer empreendimento à crônica solução de continuidade. Os impactos deste contexto desarticulado geram insegurança no empresariado, escassos retornos na pesquisa, todos os tipos de custos elevados, desarticulação do sistema educacional, fragilidade na formação da população para participar na atividade econômica, no desenvolvimento social ou no desempenho político.

Entre nós, a descontinuidade tem sido de tal nível que a cada nova administração, praticamente, corresponde um processo de criação do mundo. O entra e sai em partidos destituídos de plataforma transforma a política do País num verdadeiro jogo de azar. Nessa escassez de posicionamentos filosóficos consistentes não há porque temer incompatibilidades, pois a rotina é de modismo, imediatismo, casuismo e muitos outros ismos, inclusive o continuísmo da descontinuidade.

Se a sociedade é responsável pelo seu próprio destino, quais as nossas perspectivas sob o impacto de nossos eloquentes exemplos?

A cada dia surgem indicadores do que nos espera a longo prazo. Como ignorar a crescente presença da violência e da permissividade que vem alimentando inclusive a interpretação de que esporte é violência? Enquanto o relacionamento humano permanecer imaturo, empurrões e abraços substituirão o diálogo e o comportamento polido e democrático, mesmo nas assembleias das "elites".

A incipiência de nossa educação básica, os exemplos de atitudes e comportamentos no mínimo deslegantes, envolvem a juventude num perigoso clima de insegurança e conceitos confusos, que a tecnologia da comunicação se encarrega de tornar eficazes.

Neste ponto, nos deparamos com o impacto da nossa centenária dualidade para a qual Aníziu Teixeira nos alertou. Verificamos, então, que a permanente incongruência entre nossas ideias e ações gerou uma dívida eterna, a nossa dívida com a educação.

Enquanto permanecemos agulhados a um conceito de educação ingênuo, acomodado e ineficiente, nos afastamos da educação compatível com as nossas próprias aspirações; uma educação comprometida com a democracia, tão proclamada e tão irreal, comprometida com o trabalho, muito trabalho, com ensino de todos os tipos e para todos, com educação para uma vida de auto-realização e de contribuição.

Continuaremos paralisados por constatações, proclamações e denúncias?

□ Valdez F. Fraga é coordenadora de Educação e Desenvolvimento Humano do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), de São José dos Campos (SP)